



Simpósio

Territórios, Memória, Reexistências e Patrimônio

23 a 25/03 de 2026
UFFS - Campus Chapecó

FORTE SÃO JOAQUIM: COLONIALIDADE E PATRIMÔNIO EM DISPUTA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL.¹

Rosângela Maria Bezerra da Costa.²
Jaisson Teixeira Lino.³

RESUMO

Uma análise do Forte São Joaquim do rio Branco, erguido na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, no vale do rio Branco (atual Roraima), como patrimônio colonial inscrito em território historicamente marcado por conflitos, resistências indígenas e disputas de soberania. Inaugurado em 1775 e construído com trabalho compulsório indígena, o forte extrapolou sua função militar, tornando-se instrumento de territorialização, controle fluvial, vigilância fronteira, disciplinamento dos corpos indígenas, e reordenamento da paisagem amazônica, segundo a lógica europeia de poder e fé. Conforme discutido pela historiografia sobre o rio Branco, o episódio da “Praia de Sangue”, episódio no qual povos indígenas da região, como Wapichana, Macuxi e os Paravilhana foram violentamente atacados, resultando na dizimação de parte significativa da população local e no apagamento histórico dos Paravilhana, isso evidencia que a consolidação desse núcleo colonial esteve atravessada por confrontos, resistências e imposições brutais aos indígenas. Suas ruínas podem ser interpretadas não apenas como vestígios arqueológicos, mas como artefato da cultura material que evidencia a colonialidade na Amazônia setentrional. O estudo propõe uma leitura crítica para além da monumentalização patrimonial, compreendendo o forte como dispositivo de imposição de hierarquias coloniais e ordenações territoriais, nos termos da colonialidade do poder formulada por Aníbal Quijano. O sítio é abordado como lugar de memória e campo de disputa simbólica, articulando memória social e poder. Inspirado na perspectiva metodológica de Walter Benjamin, o trabalho desloca o foco da narrativa militar para as experiências indígenas silenciadas. A partir de uma leitura a contrapelo, reavalia-se a celebração do forte como símbolo de soberania, evidenciando processos de expropriação e deslocamento. Ao revisitar seus sentidos contemporâneos, a análise contribui para o campo da História do Patrimônio ao

¹ Texto apresentado no Simpósio Territórios, Memória, Reexistências e Patrimônio (UFFS), de 23 a 25 de março de 2026

² Doutoranda em História, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Bolsista da CAPES. E-mail: rosangela.dacosta@estudante.uffs.edu.br.

³ Professor Associado, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: lino@uffs.edu.br.



Simpósio

Territórios, Memória, Reexistências e Patrimônio

23 a 25/03 de 2026
UFFS - Campus Chapecó

deslocar o eixo interpretativo das fronteiras meridionais para a fronteira amazônica, ampliando o debate nacional sobre patrimônio, fronteira e memória.

Palavras-Chave: Forte São Joaquim do rio Branco. Fronteira amazônica. Povos indígenas. Colonialidade do poder. Patrimônio.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222–232.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.